



Exmos. Srs. Convidados, Caros camaradas:

Um muito obrigado a todos pela opção feita e disponibilidade cidadã ao nos honrarem com a vossa presença.

Como cidadãos fardados ao serviço das Forças Armadas, é uma honra para nós fazer parte de um conjunto de vontades com outros servidores do Estado para, aqui, na casa da democracia, veementemente afirmar a essencialidade de funções que são obrigação do Estado, quando **este** é entendido, como tem de ser, como entidade ao serviço da comunidade a que pertencemos e instrumento garante de uma Nação que exigimos soberana!

Reforme-se o Estado, **dizem** os que supostamente o poderiam e deveriam fazer.

E fazem-no sózinhos ou acompanhados pelos que, seleccionados, de diferentes modos, dão cobertura à via única que vai sendo traçada para fragilizar e desestruturar pilares essenciais, deixando-o sem os meios e as capacidades que permitam cumprir as nobres funções que a Nação Lhe exige.

As Forças Armadas constituem-se como um dos seus indispensáveis e fundamentais esteios; são o braço armado da Nação e garantia da sua afirmação. São parte de um todo, dando expressão plena ao sentido nacional, e também instrumento da vontade colectiva do Povo português:

- Porque é a própria História que o confirma, quando lembramos a fundação da nacionalidade, da qual, com as gentes de que emanam, foram os seus principais obreiros;
- Porque se afirmaram como factor determinante em eventos marcantes da história do nosso País; no alargamento e da consolidação do território, na expansão de Portugal no mundo, na restauração da Independência Nacional, passando pela implantação da República, até, mais recentemente, ao restabelecimento do regime democrático em 25 de Abril de 1974;

É imperativa a existência de umas Forças Armadas credíveis, capazes de garantir as funções e responsabilidades que a Nação delas exige, de modo a projectar confiança de **estabilidade e paz** que o País pode transmitir, quer interna, quer externamente, conferindo-lhes a indispensável capacidade para se assumirem como um factor absolutamente determinante para a sua credibilidade, no âmbito da comunidade das nações e das instituições internacionais.

Impõem-se reformas do Estado, envolvendo também as Forças Armadas?

Creemos que sim.

Mas entendemos também que não é com enviesados argumentos para justificar tal necessidade, pretexto utilizado exclusivamente para cortes indiscriminados e asfixia do papel que Lhe cabe perante

a comunidade, que poderá ser “Levada a Carta a Garcia”. Parafraseando o Sr. Professor Dr. Adriano Moreira, tornando-o num “Estado Exíguo”.

Nem tão pouco fazendo letra morta das normas constantes da Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, atitude que muito tem contribuído para a fragilização e degradação das potencialidades das Forças Armadas, por via das nefastas consequências, para além do mais, repercutidas na motivação e determinando a crescente insatisfação dos militares.

Num ambiente de forte mudança que caracteriza o mundo de hoje, porquê não fazer uma abordagem da política de Defesa Nacional, atenta e responsável, que implique a componente militar, não só nas missões de soberania que lhe estão consignadas pela Constituição da República, mas também perspectivar as Forças Armadas como **factor de coesão Nacional** através da qual se materialize uma forte interacção com o processo de modernização do País e um maior envolvimento dos e com os cidadãos, numa conjugação de esforços para a sua transformação e desenvolvimento?

Racionalizar não equivale a cortar. Muito menos cortar de forma cega.

Num quadro de visão estratégica e numa perspectiva integrada, porquê não olhar a organização das FA associando a defesa militar do País a um papel muito mais activo nas missões de interesse público, e **clarificando**, neste âmbito, a cooperação com as entidades públicas e privadas consideradas necessárias para o efeito? Somente, desta forma, se poderá evitar a multiplicação de estruturas, disseminadas por diversas organizações, muitas sem capacidade técnica comprovada, induzindo uma natural confusão de competências, bem como gerando lacunas graves na racionalização dos resultados, a par de consideráveis desperdícios humanos, materiais e financeiros.

Impõe-se, por outro lado, a implementação de uma política de Defesa Nacional que firme a sua actuação em linhas mestras assentes na clareza, na verdade e no adequado esclarecimento da opinião pública, numa eficiente e estruturada divulgação dos valores de cidadania, relacionados com a Defesa Nacional, e numa permanente prossecução de medidas que possam garantir a eficácia dum modelo de defesa, que sirva convenientemente o País e o seu Povo, e que faça sentido num quadro de afirmação de Portugal, como nação soberana e independente.

Numa construção puramente académica, imaginemos por momentos que a Instituição **Forças Armadas**, se submeteria a sufrágio dos cidadãos em próximo acto eleitoral; estamos certos que receberiam um irretorquível e esmagador apoio do povo português!

Porque servem e não se servem.

Porque se confundem com o País que somos e, de alguma forma, são percebidas como garante da uma soberania e independência perigosamente ameaçadas.

Porque são a reserva moral da Nação!